

**PASSIVOS CONTINGENTES: EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS GARANTIAS
CONCEDIDAS POR FABRICANTES DE ELETROELETRÔNICOS¹**

***CONTINGENT LIABILITIES: ACCOUNTING DISCLOSURE OF GUARANTEES
GIVEN BY ELECTRONICS MANUFACTURERS***

***PASIVOS CONTINGENTES: DIVULGACIÓN EN CONTABILIDAD DE GARANTÍAS
DADAS POR FABRICANTES DE EQUIPOS ELECTRÓNICOS***

Alex Eckert, Doutorando em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS)/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Endereço profissional: Universidade de Caxias do Sul, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - B. Petrópolis - Bloco J - CEP 95.070-560- Caxias do Sul - RS. Telefone: (54) 3218-2267. Homepage: www.ucs.br/site. E-mail: aeckert@ucs.br.

Lisiane Bortoloni, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Endereço profissional: Universidade de Caxias do Sul, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - B. Petrópolis - Bloco J - CEP 95.070-560- Caxias do Sul - RS. Telefone: (54) 3218-2267. Homepage: www.ucs.br/site. E-mail: lisiane.bortolini@gmail.com.

Marlei Salete Mecca, Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço profissional: Universidade de Caxias do Sul, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - B. Petrópolis - Bloco J - CEP 95.070-560- Caxias do Sul - RS. Telefone: (54) 3218-2267. Homepage: www.ucs.br/site. E-mail: msmecca@ucs.br.

Roberto Biasio, Doutor em Administração Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço profissional: Universidade de Caxias do Sul, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - B. Petrópolis - Bloco J - CEP 95.070-560- Caxias do Sul - RS. Telefone: (54) 3218-2267. Homepage: www.ucs.br/site. E-mail: rbiasio@ucs.br.

RESUMO

As empresas devem evidenciar em suas Demonstrações Contábeis, informações que atendam a legislação contábil e, ao mesmo tempo, sejam úteis e confiáveis. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a evidenciação contábil dos Passivos Contingentes das garantias concedidas pelas empresas de Capital Aberto, listadas no sítio da BM&F Bovespa, fabricantes de produtos eletroeletrônicos. A abordagem foi feita com base nos Exercícios Sociais de 2010 a 2012. A amostra das empresas foi retirada do sítio da BM&F Bovespa. Para atingir o objetivo, a metodologia de pesquisa adotada foi a descritiva documental com abordagem qualitativa. A amostra analisada é composta pelas Demonstrações Contábeis de seis empresas

¹ Artigo submetido em 24/09/2014, revisado em 11/10/2014, aceito em 07/02/2015 e divulgado em 30/06/2015 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

compreendendo os períodos de 2010 a 2012. Como resultado desta pesquisa, verificou-se que todas as seis empresas estudadas contabilizaram valores referentes a provisões com garantias em pelo menos um dos seus Exercícios Sociais estudados, mostrando que estas empresas seguiram grande parte dos quesitos dispostos na legislação sobre Provisões e Passivos Contingentes, nos períodos analisados. Entretanto, os critérios utilizados para constituir estas provisões variam de empresa para empresa, baseando-se, principalmente, nos valores indenizatórios de processos, no histórico de manutenções e no prazo de cada garantia concedida.

Palavras-chave: Passivos Contingentes; Evidenciação Contábil; Garantias. Eletroeletrônicos; Provisões.

ABSTRACT

Companies must demonstrate in its financial statements, information that meets the accounting legislation. Therefore, the aim of this study is to analyze the accounting disclosure of contingent liabilities of the guarantees provided by the companies of Capital Open site listed on the BM&F Bovespa, manufacturers of consumer electronics products. The approach was based on the fiscal years 2010-2012. The sample of companies was taken from the website of BM&F Bovespa. To achieve the goal, the research methodology adopted was the documentary descriptive qualitative approach. The sample consists of the financial statements of six companies comprising the periods from 2010 to 2012. As a result of this research, it was found that all the six companies studied accounted amounts for provisions with guarantees at least one of its fiscal years studied, showing that these companies have followed almost all items arranged in the legislation provisions and contingent liabilities in periods analyzed. However, the criteria used to establish these provisions are different, varying from company to company.

Keywords: *Contingent Liabilities; Disclosure Accounting; Guarantees. Electronics; Provisions.*

RESUMEN

Las empresas deben demostrar en sus estados financieros, la información que cumple con la normativa contable. El objetivo de este estudio es analizar la información contable de los pasivos contingentes las garantías concedidas por las empresas que cotizan, que figuran en el sitio web de la BM&F Bovespa, fabricantes de productos de electrónica de consumo. El enfoque se basa en los años fiscales 2010 a 2012, la muestra de empresas se trasladan desde el sitio web de la BM&F Bovespa. Para lograr el objetivo, la metodología de investigación adoptado fue el enfoque cualitativo, descriptivo y documental. La muestra se compone de los estados financieros de las seis empresas que comprenden los períodos 2010 a 2012. Como resultado de esta investigación, se encontró que las seis empresas estudiadas representan cantidades de provisiones con garantías, al menos, uno de sus ejercicios económicos estudiados que muestra que estas empresas han seguido casi todos los artículos dispuestos en la legislación sobre provisiones y pasivos contingentes en los períodos analizados. Sin embargo, los criterios utilizados para establecer estas disposiciones son diferentes, que varían de una compañía a otra.

Palabras clave: *Pasivos Contingentes; Divulgación. Garantías; Electrónicos; Provisiones.*

1. INTRODUÇÃO

As empresas, em geral, tem a obrigatoriedade de conceder garantias a seus clientes (Lei 8.078/90). Além de obrigatório, é de grande importância que as mesmas evidenciem os valores provisionados para estas contingências em suas Demonstrações Contábeis, para melhor compreensão dos usuários das informações.

Além dos diversos usuários da contabilidade, sejam estes internos ou externos (ECKERT, 2013), o consumidor final tem o direito e o interesse em saber se as empresas cumprem com o que é exigido pela legislação, especialmente pela Lei 8.078/90, que rege o Código de Defesa do Consumidor (CDC). De maneira que a empresa que honra este compromisso, é vista com bons olhos, ou seja, torna-se mais confiável, pois entende-se que a empresa que concede garantia sobre o seu produto ou serviço, garante a qualidade dos mesmos.

O fornecedor deve provar que seu produto ou serviço é bom e de qualidade, por isto, além de conceder garantia ao comprador, deve também estabelecer uma boa relação com o consumidor. Ainda, deve haver a harmonização entre os interesses do fornecedor com o comprador, utilizando-se dos princípios da seriedade, da igualdade e da boa-fé. (GAMA, 2006)

Para que isso ocorra, Nunes (2000) salienta que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) obriga que todo produto ou serviço existentes no mercado sejam devidamente acompanhados de informações necessárias a seu respeito. Essa legislação busca extinguir algumas situações antes negligenciadas, tais como a falta de informações acerca do seu funcionamento, suas características, as garantias concedidas sobre o produto, informações estas que passaram a fazer parte da essência do produto ou serviço.

Diante do exposto, emerge a importância em analisar de que maneira as empresas, principalmente aquela de capital aberto, estão tratando a concessão de garantias sobre seus produtos. Além disso, as Demonstrações Contábeis dessas empresas são publicadas, tornando-se assim de livre acesso a qualquer usuário da informação contábil.

Assim, tem-se como delimitação a análise contábil dos Passivos Contingentes sobre as garantias concedidas por empresas de Capital Aberto, listadas no sítio da BM&F Bovespa, fabricantes de produtos eletroeletrônicos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a evidenciação contábil dos Passivos Contingentes das garantias concedidas pelas empresas de Capital Aberto, listadas no sítio da BM&F Bovespa, fabricantes de produtos eletroeletrônicos

A escolha do tema baseou-se na importância de analisar se as empresas estão evidenciando as contingências passivas para suprir as eventuais garantias que venham a ocorrer em seus produtos, e também devido à escassez de pesquisas e informações acerca do tema. Esta pesquisa muito tem a contribuir com a análise de como se desenvolve a questão das contingências passivas relativas às garantias concedidas pelos fabricantes aos consumidores dos seus produtos.

O motivo da escolha do setor de eletroeletrônicos se deve ao fato do Brasil ser um dos grandes mercados consumidores desses produtos. No ano de 2013, por exemplo, o Brasil aparece como o segundo maior país consumidor de equipamentos eletrônicos do mundo, ficando atrás apenas dos chineses. (ACCENTURE, 2013)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Garantias

O termo garantia pode ser conceituado como sendo sinônimo de fiança, abonação, penhor ou responsabilidade (BUENO, 2000). Já para Filomeno *et al.* (2007), trata-se de uma relação de consumo, a qual envolve basicamente duas partes bem definidas, onde de um lado está o adquirente de um produto ou serviço (consumidor), e de outro, o fornecedor ou vendedor de um produto ou serviço (fornecedor). Segundo os autores, tal relação destina-se à satisfação de uma necessidade privada do consumidor, o qual não dispendo, por si só, de controle sobre a produção de bens de consumo ou prestação de serviços, que lhe são destinados, arrisca-se a submeter-se ao poder e condições dos fornecedores daqueles mesmos bens e serviços.

Conceituando fornecedor, Filomeno *et al.* (2007) trazem como sendo aquele o protagonista das sobreditas relações de consumo, responsável pela colocação de produtos e serviços à disposição do consumidor, tendo-se por conseguinte que, fornecedor é qualquer pessoa física que, a título singular, mediante desempenho de atividade mercantil ou civil e de forma habitual, ofereça no mercado produtos ou serviços, e a jurídica, da mesma forma, mas em associação mercantil ou civil e de forma habitual.

Caspar (2010) dispõe sobre o termo responsabilidade civil, o qual pode assumir dois significados: pode referir-se à suscetibilidade de imputar a determinado agente a prática de atos e de seus efeitos, ou sujeitar o agente às consequências de seu comportamento. Sentidos que unidos refletem no atual conceito de responsabilidade civil contido nos artigos 927 e 186 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), cujos estabelecem que quem por sua culpa pratica ato ilícito que cause prejuízos a outrem, tem a obrigação de repará-los (indenizar). Com isto, verifica-se que o conceito de responsabilidade é extremamente ligado à noção de dano e reparação.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 expõe em seu Artigo 5º sobre os direitos e garantias fundamentais do indivíduo, onde pode-se destacar o disposto nos Incisos XXXII a XLI, como por exemplo, a obrigação do estado de promover, na forma da lei, a defesa do consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor Brasileiro, regulamentado pela Lei Nº 8.078 de 11 de setembro 1990, trata, em seu Artigo 26, da decadência e da prescrição do direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, que caduca em trinta dias (um mês), no caso de fornecimento de serviços e bens não duráveis, e em noventa dias (três meses), tratando-se do fornecimento de serviços e produtos duráveis (como é o caso dos eletroeletrônicos). Sendo que obstem este prazo decadencial, a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos ou serviços até a resposta negativa correspondente, a qual deve ser transmitida de forma inequívoca, e também a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

O CDC reza ainda que o prazo decadencial em se tratando de vício oculto, inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito, e ainda que prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

A Lei Nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (CDC), em seu artigo dezoito, trata da responsabilidade por vício do produto e do serviço, determinando que os fornecedores de

produtos de consumo duráveis e não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como disparidades com relação a indicações de embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. De maneira que pode o consumidor, não tendo sido sanado o vício, exigir a substituição do produto, ou a restituição imediata da quantia paga ou mesmo o abatimento proporcional do preço.

Diante do exposto pelos autores, pode-se afirmar que o fabricante ou fornecedor tem a responsabilidade de fornecer garantia sobre a qualidade de seu produto ou serviço. De maneira que pode ser entendida como uma assistência no pós-vendas.

2.2 Provisões e Passivos Contingentes

De acordo com o IFRS (2011), uma provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. O mesmo órgão define que um passivo contingente pode ser caracterizado como:

- uma possível obrigação decorrente de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente dentro do controle da entidade; ou
- uma obrigação presente decorrente de eventos passados, mas não reconhecida, pois não é provável que um fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será exigido para liquidar a obrigação, ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade suficiente.

O surgimento da obrigatoriedade das Companhias Abertas evidenciarem seus Passivos Contingentes veio com a Deliberação CVM nº 489 de 03 de outubro de 2005, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, com fundamento no § 3º do art. 177 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), combinado com os incisos II e IV do § 1º do art. 22 da Lei Nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976. O normativo surgiu diante da importância e necessidade de que as práticas contábeis brasileiras fossem convergentes com as práticas contábeis internacionais, em função do aumento da transparência e da segurança das nossas informações contábeis, e/ou por possibilitar o acesso, a um custo mais baixo, das empresas nacionais às fontes de financiamentos externas.

A Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, revogou a Deliberação CVM nº 489/05 e aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que também trata de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. Este Pronunciamento Técnico não apresenta novidades com relação à Deliberação CVM nº 489/05, a não ser com relação aos exemplos.

A Resolução CFC Nº 1.180/2009, considerando que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a partir do IAS 37 do IASB, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aquela aprovou a NBC TG 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e tem por objetivo estabelecer que sejam aplicados os critérios de reconhecimento e bases apropriadas de mensuração a provisões e contingências, devendo ser divulgadas em Notas Explicativas, informações suficientes para o entendimento dos usuários quanto à sua natureza, oportunidade e valor. Esta Resolução entrou em vigor para os Exercícios Sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

Também há uma regulamentação, para as provisões, passivos e ativos contingentes, direcionada para as pequenas e médias empresas, o que não é o foco desta pesquisa, mas a

título de curiosidade, é tratado pela Resolução CFC N° 1.255/2009 que aprovou a NBC TG 1000.

2.3 Evidenciação Contábil

A informação é um elemento fundamental para o mercado de capitais, pois está relacionada diretamente ao valor das organizações. Partindo do pressuposto de que no mercado existem empreendimentos bons e ruins, esta informação é necessária para identificar quem é quem. Se esta informação não estiver disponível, os empreendimentos tendem a ser avaliados por um valor médio. Assim, quanto mais informação estiver à disposição do investidor, mais o investidor terá condições de julgar um valor justo pelo investimento (HEALY; PALEPU, 2001).

Para Dye (2001), a evidenciação de informações está sustentada na teoria da divulgação, a qual busca explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras através de diversas perspectivas. Niyama e Gomes (1996) sustentam que a evidenciação está relacionada à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, bem como sobre as operações, recursos e obrigações de uma organização, de maneira a se tornarem úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que, de alguma forma, influenciam na tomada de decisões.

Em se tratando da evidenciação das informações contábeis, Verrecchia (2001) sustenta que existem dois tipos de evidenciação, quais sejam a evidenciação compulsória e evidenciação voluntária. De acordo com o autor, a evidenciação compulsória está relacionada com as exigências legais, ou as de cunho normativo. Já a evidenciação voluntária é aquela em que não existe a obrigatoriedade, mas a organização opta pela mesma em função de ter algum interesse relacionado a ela.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa, quanto aos procedimentos, é classificada como documental. Para Rudio (2000), a pesquisa documental ocorre quando os documentos são investigados com o fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências e diferenças.

Os documentos, objeto da pesquisa, tratam-se basicamente da legislação aplicada à contabilidade e mais especificamente ao tema foco deste estudo e de relatórios e Demonstrações Contábeis de empresas de capital aberto. Estas informações podem ser coletadas no sítio da BM&FBovespa e das empresas escolhidas para o estudo.

Para Barros (2007), a documentação é a competência de documentar, de fazer apontamentos e de recolher o material adequado para a análise que se pretende trabalhar. A leitura e a documentação das obras selecionadas se configuram como a fase de coleta de dados adequados ao esclarecimento do tema-problema escolhido para a execução de uma pesquisa.

Segundo Rudio (2000), descrever é narrar o que acontece ou, neste caso, o que será encontrado ao final da pesquisa. Deste modo, a pesquisa descritiva objetiva descobrir e observar fenômenos, descrevendo, classificando e interpretando-os, ou seja, estudando o fenômeno a fim de conhecer sua natureza, composição, processos que o constituem ou nele se realizam.

Quanto à abordagem do problema, diante das exposições dos autores, a pesquisa se enquadra como qualitativa. As investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Este tipo de pesquisa difere bastante quanto ao grau de estruturação prévia, ou seja, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto. (MAZZOTTI, 1999)

O critério de seleção das empresas em questão foi feito com base em pesquisa dos Setores Econômicos no sítio da BM&F Bovespa, buscando-se empresas fabricantes basicamente de produtos elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos de consumo.

As informações sobre o Contexto Operacional (atividades, produtos e serviços) das empresas foram extraídas do sítio de cada empresa, e também do sítio da BM&F Bovespa.

A análise foi feita com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas das empresas em estudo, de maneira que, em alguns casos, não se utiliza apenas o critério de escolha como empresas preponderantemente fabricantes dos produtos já mencionados, e sim devido à modalidade de atuação da empresa perante o mercado.

Foram três os grupos escolhidos para a análise e um total de dez empresas integrantes destes grupos. Porém, foram analisadas apenas seis destas empresas que se encaixam no ramo de atividade a que esta pesquisa se propôs estudar. Os motivos da utilização de apenas seis empresas estão explicados no próximo tópico.

Partindo-se do contexto operacional destas empresas, buscou-se separar os fabricantes das empresas varejistas de produtos elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos. Isso se deve ao fato de que o objetivo deste estudo é analisar apenas as Demonstrações Contábeis dos fabricantes destes produtos, já que a responsabilidade pela garantia a ser concedida para os mesmos é de responsabilidade do fabricante, que detém a tecnologia necessária para assistência ou reparação de defeitos que possam surgir.

4. ANÁLISE DAS EVIDENCIAÇÕES DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Alinhado aos objetivos, buscou-se primeiramente identificar as políticas sobre as garantias concedidas pelas empresas em estudo, seja através de informações disponíveis nos sítios das empresas ou através de pesquisas via e-mail.

Os quadros 1, 2 e 3 apresentam os Grupos Econômicos, segundo classificação disponível no sítio da BM&F Bovespa, e as empresas selecionadas para o estudo dispendo sobre alguns aspectos principais de cada entidade e mostrando porque algumas delas não se encaixam no foco desta pesquisa, motivo pelo qual não foram analisadas.

No Quadro 1, são apresentadas as empresas de eletroeletrônicos que compõem o setor de Consumo Cíclico:

Grupo 1 – Setor Econômico de Consumo Cíclico, Subsetor Comércio e Segmento Eletrodomésticos	Brasmotor S/A	Esta empresa tem por objeto a participação, como sócia ou acionista em outras empresas, sob a denominação de <i>holding</i> , segundo informações disponíveis no sítio da BM&F Bovespa.
	IGB Eletrônica S/A	Conhecida no mercado, atualmente, por arrendar a marca Gradiente à Companhia Brasileira de Tecnologia Digital, além de equipamentos e imóveis específicos, esta empresa tem como objetivo administrar seu passivo por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis, com o fim de viabilizar, com esta nova empresa a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Através destas medidas, a empresa tem alcançado com sucesso reduzir drasticamente seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas.
	Magazine Luiza S/A	Conhecida por atuar no setor varejista de bens de consumo, opera basicamente na compra de mercadorias para revenda, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos móveis e serviços financeiros, além de possuir investimentos em empresas controladas.
	Springer S/A	Esta empresa tem por objetivo preponderante a participação societária em outras empresas.
	Via Varejo S/A	Esta empresa opera basicamente com suas associadas atuando no setor de financiamentos de vendas.
	Whirlpool S/A	A Whirlpool S/A e suas controladas têm por objeto social basicamente a industrialização, importação e exportação de diversos produtos, entre eles produtos metalúrgicos, elétricos, eletrônicos e especialmente máquinas e aparelhos de uso doméstico, tais como refrigeradores, aparelhos de ar condicionado, fogões e trituradores de lixo, além da fabricação de peças e componentes necessários à fabricação dos produtos das empresas do grupo. De acordo com informações disponíveis no sítio da empresa, a mesma atende aos consumidores no Brasil com as marcas Brastemp, Consul e KitchenAid marcas amplamente conhecidas no mercado nacional.

Quadro 1 – Grupo 1: Consumo Cíclico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações dos sítios das empresas e da BM&F Bovespa.

Já no Quadro 2, são listadas as empresas de Tecnologia da Informação, mais especificamente a Bematech S/A, a Itautech S/A e por fim, a Positivo Informática S/A.

Grupo 2 – Setor Econômico de Tecnologia da Informação, Subsetor Computadores e Equipamentos e Segmento Computadores e Equipamentos	Bematech S/A	Esta empresa tem como algumas atividades principais a industrialização, comercialização, importação, exportação, distribuição e locação de equipamentos elétricos, eletrônicos e eletromecânicos e suas partes e peças; licenciamento e cessão de direito de uso de programas de <i>softwares</i> ; a prestação de serviços de assistência técnica; bem como a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.
	Itautec S/A	A Itautec S/A, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S/A, é especializada, juntamente com suas controladas, no desenvolvimento de produtos e soluções de automação, computação e serviços tecnológicos, e opera por meio de três unidades de negócios como a de Soluções de Automação, atuante na área de máquinas de automação bancária; Soluções de Computação, <i>desktops</i> e <i>notebooks</i> ; e Serviços Tecnológicos, de assistência técnica, infraestrutura e instalações.
	Positivo Informática S/A	Conhecida no mercado pela produção de computadores, tem como algumas das atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico. Dentre os produtos fabricados pela empresa estão os computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, monitores, mesas educacionais informatizadas, servidores e celulares.

Quadro 2 – Grupo 2: Tecnologia da Informação.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações dos sítios das empresas e da BM&F Bovespa.

Finalmente, no Quadro 3, apresenta-se a empresa Metalfrio Solutions S/A, pertencente ao setor econômico de Bens Industriais, no subsetor Equipamentos Elétricos do segmento de Equipamentos Elétricos.

Grupo 3 – Setor Econômico de Bens Industriais, Subsetor Equipamentos Elétricos e Segmento Equipamentos Elétricos	<i>Metalfrio Solutions S/A</i>	As atividades operacionais da Metalfrio Solutions S/A têm como objetivo a fabricação, importação e comercialização, no país e no exterior, de refrigeradores, freezers domésticos e comerciais.
--	--------------------------------	---

Quadro 3 – Grupo 3: Bens Industriais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações dos sítios das empresas e da BM&F Bovespa.

Em suma, as empresas excluídas do critério para análise são a Brasmotor S/A, Magazine Luiza S/A, Springer S/A e Via Varejo S/A, pelo fato de não se tratarem de fabricantes. Já a IGB Eletrônica S/A, embora não sendo fabricante, não foi excluída da análise por se tratar de empresa que viabiliza a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo, conforme já disposto.

Assim, diante disto, tem-se disposto no quadro 4 a seguir as empresas que foram analisadas neste trabalho:

Empresas	Razão Social	Denominação neste trabalho
Empresa 1	IGB ELETRÔNICA S/A	IGB
Empresa 2	WHIRLPOOL S/A	Whirlpool
Empresa 3	BEMATECH S/A	Bematech
Empresa 4	ITAUTEC S/A	Itautec
Empresa 5	POSITIVO INFORMÁTICA S/A	Positivo
Empresa 6	METALFRIO SOLUTIONS S/A	Metalfrío

Quadro 4 – Amostra final das empresas analisadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

EMPRESA 1 – IGB ELETRÔNICA S/A

Segundo informações disponíveis no sítio da Gradiente, a empresa menciona que concede garantia, porém não informa os prazos concedidos, apenas que o consumidor deve contatar a Central de Atendimento ao Cliente para obter maiores orientações em caso de trocas em garantia.

Nas Notas Explicativas de 2011 e 2012 da empresa IGB também é possível identificar que ela fornece garantias dos seus produtos por evidenciar valores referentes a provisões com garantias, mas da mesma maneira não indicam nada sobre os prazos concedidos.

Segundo informações disponíveis nas Notas Explicativas, a empresa não provisionou valores ou sequer mencionou qualquer informação sobre a concessão de garantias sobre seus produtos no Exercício Social de 2010. Apenas dispôs em suas práticas contábeis que suas Demonstrações incluem estimativas referentes às provisões necessárias para Passivos Contingentes.

Já nos Exercícios de 2011 e 2012, a empresa provisionou valores na conta Provisões para Garantias no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Provisões para Garantias (em milhares de reais) – IGB ELETRÔNICA S/A.

Ano	2012	2011
Passivo Circulante	1.414	1.336
Passivo Não Circulante	5.655	5.343
Total	7.069	6.679

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

De posse das informações da Tabela 1, tem-se disposto a seguir a Tabela 2 que traz um comparativo da representatividade destas provisões com relação à Receita de Venda de Bens e/ou Serviços (Receita Líquida) da empresa nos Exercícios Sociais de 2011 e 2012:

Tabela 2 – Percentuais relativos à Receita Líquida – IGB ELETRÔNICA S/A.

Ano	2012	2011
Receita Líquida (milhares de reais)	13.318	0
Provisões para Garantias (milhares de reais)	7.069	6.679
Percentual com relação à Receita Líquida	53,08%	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Como pode ser observado na Tabela 2, em 2011, a empresa não contabilizou receita com venda de produtos ou serviços, e sim apenas outras receitas operacionais como aluguéis e outras receitas. Já em 2012, o valor das provisões com garantias representaram 53,08% da Receita Líquida da empresa, se considerados como um todo, porém é preciso lembrar que há valores lançados no Passivo Não Circulante do Exercício anterior (2011) que podem ter sido transferidos para o Circulante, o que impossibilita uma análise mais precisa desta

representatividade.

O critério utilizado pela empresa para constituir as provisões para a garantia de seus produtos foi com base nos valores indenizatórios referentes a processos de consumidores de PROCON e JEC (Juizado Especial Cível), com um percentual avaliado como procedente, estimado como o maior valor que a empresa poderia vir a desembolsar.

Analisando e confrontando as informações coletadas nas Demonstrações Contábeis da IGB com a Resolução CFC N° 1.180/2009, pode-se dizer que a empresa adotou um critério que julgou mais apropriado para o reconhecimento de provisões com garantias nos Exercícios Sociais de 2011 e 2012, divulgando informação suficiente nas Notas Explicativas para entendimento dos usuários das informações contábeis, quanto à sua natureza, oportunidade e valor.

EMPRESA 2 – WHIRLPOOL S/A

No sítio da Brastemp, uma das marcas dos produtos da Whirlpool, é possível constatar que o fabricante concede garantia sobre os seus produtos, pois evidencia que, em caso de troca do produto com defeito, o cliente poderá procurar uma assistência técnica para efetuar a troca, caso este esteja dentro do período de garantia, apesar de não indicar de quanto se trata este período de garantia.

A empresa também expõe que segue uma “Política de Troca e Devolução” com base no Código de Defesa do Consumidor, com o intuito de demonstrar uma relação de confiança entre o cliente e a Loja Brastemp.

No sítio da Consul, outra marca da Whirlpool, a empresa esclarece que os produtos Consul têm garantia de 12 meses: 3 meses de garantia legal e 9 meses de garantia especial concedida pela Whirlpool. Esta garantia vale a partir da data de entrega do produto e compreende a substituição de peças e mão-de-obra no reparo de defeitos devidamente constatados como sendo de fabricação.

A KitchenAid, também é uma marca de propriedade da Whirlpool, e em seu sítio há um disposto sobre Termo de Garantia, afirmando que o seu produto possui garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo de 12 meses a contar da data de emissão da Nota Fiscal, ou de entrega do produto ao primeiro adquirente, sendo 3 meses de garantia legal mais garantia especial de 9 meses, concedida pela Whirlpool.

De acordo com análise das Demonstrações Contábeis consolidadas da Whirlpool, pode-se destacar que a mesma utilizava, em 2010, a conta Provisão para Garantia pertencente ao grupo Outros Débitos do Passivo, a fim de evidenciar os valores provisionados naquele Exercício, segundo a Nota Explicativa nº 15.

Já em 2011, a empresa continuou evidenciando as provisões com garantias concedidas a seus produtos através da conta Provisão para Garantias. Porém, o grupo passou a se chamar Outros Passivos, conforme Nota Explicativa nº 14.

Em 2012, a conta Provisão para Garantias continuou sendo utilizada para evidenciação de valores dispendidos com garantias de produtos e o grupo Outros Passivos aparece na Nota Explicativa nº 15.

É importante ressaltar que a empresa não especificou em nenhum dos três Exercícios, de que maneira foi feita a distribuição dos valores destas provisões entre Passivo Circulante e Não Circulante.

Na Tabela 3, a seguir, tem-se um comparativo dos valores provisionados nos

Exercícios Sociais de 2010 a 2012, mostrando simultaneamente como estes valores se comportam percentualmente em relação à receita líquida de vendas e serviços da empresa:

Tabela 3 – Provisões para Garantias e Receita Líquida (em milhares de reais) – WHIRLPOOL S/A.

Ano	2012	2011	2010
Receita Líquida (milhares de reais)	8.457.901	7.465.334	7.384.996
Provisão para Garantias (milhares de reais)	31.251	26.498	32.540
Percentual com relação à Receita Líquida	0,37%	0,35%	0,44%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

A Tabela 3 traz, além dos valores das provisões com garantias, o comportamento percentual destas provisões em relação à Receita Líquida da empresa, de forma que pode-se notar que a média dos percentuais entre 2010 e 2012 ficou em aproximadamente 0,39%, ou seja, este percentual não chega a atingir 1% da receita líquida da empresa.

De acordo com as Notas Explicativas, a empresa não apresentou um critério específico para as provisões com garantias de seus produtos.

Em suas Políticas Contábeis, discorre de maneira geral e em consonância com a legislação dos Passivos Contingentes, que as provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, e derivada de fatores como regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a empresa assumirá determinadas responsabilidades.

Dispõe ainda, que a determinação do montante da provisão é feita com base na melhor estimativa do desembolso necessário para a liquidação de uma obrigação, e com base em toda a informação disponível na data do encerramento, incluída a opinião de consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, a empresa esclarece que os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

Pode-se dizer ainda, que a empresa não apresentou informação suficiente nas Notas Explicativas que permitam que o usuário entenda a natureza das provisões com garantias, oportunidade e valor.

EMPRESA 3 – BEMATECH S/A

Segundo informações disponíveis no sítio da empresa, ela concede garantia sobre seus produtos, sendo possível a troca dentro da garantia em que o período permitido é o de vigência a partir da emissão da Nota Fiscal e varia para cada equipamento. De acordo com certificados de garantia disponíveis no sítio desta empresa, tem-se disposto, a seguir, na Tabela 4, uma esquematização referente às garantias concedidas sobre alguns produtos da Bematech:

Tabela 4 – Período de garantia concedida sobre alguns produtos (2010 a 2012) – BEMATECH S/A.

Produto	Período concedido	Ano edição do Certificado
Impressora fiscal	12 meses	2010
Leitores Código de Barras	24 meses	2010
Monitor LCD	24 meses	2010
Monitor Touch Screen	12 meses	2012

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nas informações disponíveis em www.bematech.com.br.

Segundo análise das Demonstrações Contábeis consolidadas da empresa Bematech, constatou-se que a mesma utiliza desde o Exercício Social de 2010, a conta Provisão para Garantia dentro do Grupo Outras Contas a Pagar, segundo sua Nota Explicativa nº 22, para evidenciar os gastos dispendidos com a garantia dos seus produtos.

A empresa também provisiona valores decorrentes da venda de serviços de garantias diferenciadas, cujo o cálculo é feito de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos.

A evidenciação contábil das provisões com garantias é demonstrada no Balanço Patrimonial Consolidado da empresa, no grupo Outras Contas a Pagar na conta Provisões para Garantia, conforme Tabela 5 comparativa anual a seguir:

Tabela 5 – Provisões para Garantias (em milhares de reais) – BEMATECH S/A.

Ano	2012	2011	2010
Provisão para Garantia	3.567	2.808	1.667

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

De acordo com a Tabela 5, é possível perceber que o valor das provisões aumentou ano após ano, ou seja, em 2011 teve um aumento de cerca de 68%, em relação a 2010, e de cerca de 27% em 2012, com relação a 2011.

Estes valores também foram avaliados segundo a receita líquida (receita de venda de bens e/ou serviços) da empresa nos três Exercícios, de maneira que a Tabela 6, a seguir, pode melhor representar este comparativo:

Tabela 6 – Percentuais relativos à Receita Líquida – BEMATECH S/A.

Ano	2012	2011	2010
Receita Líquida (milhares de reais)	328.390	295.032	326.420
Provisão para Garantia (milhares de reais)	3.567	2.808	1.667
Percentual com relação à Receita Líquida	1,09%	0,95%	0,51%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Na Tabela 6 pode ser verificado o percentual de provisões com garantias com relação à receita líquida da empresa, de maneira que a média dos percentuais entre 2010 e 2012 ficou em 0,85%.

Assim, de acordo com o foco do trabalho, a intenção é analisar de que maneira estão sendo evidenciados os Passivos Contingentes referentes às provisões com garantias das empresas com ações na BM&F Bovespa, designadas para o estudo.

De acordo com informações disponíveis nas Notas Explicativas da empresa, o critério para estimar o valor das provisões com garantias é feito com base no histórico de manutenções e o prazo de cada garantia concedida sobre as máquinas, e ainda em função do custo médio por atendimento de assistência técnica, em relação à receita bruta dos produtos.

Confrontando-se com a Resolução CFC Nº 1.180/2009, a empresa seguiu o disposto nesta legislação reconhecendo as provisões com garantias por ter uma obrigação presente como resultado de evento passado e fazendo uma estimativa confiável do valor da obrigação. Em suma, a provisão foi reconhecida no Balanço Patrimonial e divulgada em Nota Explicativa, por se tratar de obrigação presente que, provavelmente, requer uma saída de recursos, o que configura informação suficiente ao entendimento do usuário.

EMPRESA 4 – ITAUTEC S/A

Conforme resposta via e-mail da Itautec, a empresa informou que seus produtos possuem garantia padrão balcão pelo prazo de 12 meses a contar da emissão da Nota Fiscal de venda.

De acordo com o disposto das Demonstrações Financeiras Padronizadas da empresa, a empresa constituiu no Exercício de 2010, provisões sobre a garantia padrão de seus produtos, sendo que os valores foram lançados na conta Provisões para Garantias no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme disposto na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 – Provisões para Garantias (em milhares de reais) 2010 – ITAUTEC S/A.

Grupo:	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Provisões para Garantias:	35.835	35.264

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

A Receita Líquida da empresa (Receita de Venda de Bens e/ou Serviços), em 2010, foi de R\$ 1.571.423,00, sendo que o valor total contabilizado com as provisões para garantias somaram R\$ 71.099,00, o que representou 4,52% da Receita Líquida naquele Exercício.

Nos Exercícios de 2011 e 2012, a empresa continuou declarando em suas Notas Explicativas que constituiu provisões para as garantias, porém não evidenciou em qual conta no Balanço Patrimonial estas provisões foram contabilizadas e nem quais seriam os valores.

De acordo com o disposto na Nota Explicativa, que trata de contas a pagar e provisões, as provisões em geral são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor puder ser estimado com segurança. Quando, no caso das garantias, houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Para tanto, no caso de garantia padrão, o critério da empresa para constituir uma provisão para os custos futuros, inclui itens como mão de obra, deslocamento, peças para reposição, logística e estrutura indireta necessária para a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos comercializados.

Comparando as informações da empresa sobre as provisões com garantias com o disposto na Resolução CFC N° 1.180/2009, pode-se dizer que, apenas em 2010, a empresa demonstrou os valores contabilizados com as provisões com garantias e divulgou informação suficiente ao entendimento do usuário nas Notas Explicativas, inclusive demonstrando quais os valores das provisões para o Passivo Circulante e Não Circulante. Já em 2011 e 2012, foi identificado nas Notas Explicativas apenas o critério utilizado para estas provisões, não sendo disponibilizados claramente pela empresa, quais foram os valores provisionados.

EMPRESA 5 – POSITIVO INFORMÁTICA S/A

De acordo com informações disponíveis no sítio da empresa, como os manuais do usuário, a mesma concede garantia sobre seus produtos a contar da data da emissão da Nota Fiscal, de maneira que para todos os produtos o prazo é de 12 meses, já inclusos os 3 meses de garantia legal.

A empresa apenas não concede a garantia contratual de 12 meses para alguns componentes integrantes de seus produtos, como as baterias dos *Notebooks* e alguns componentes dos *Tablets* como capa protetora, cartão SIM e cartão removível. Para estes apenas é concedida a garantia legal de 3 meses.

Segundo análise das Demonstrações Contábeis desta empresa, ela utiliza a conta Provisão para Garantias e Assistência Técnica do Passivo Circulante e Não Circulante nos três Exercícios para evidenciar as provisões com garantias dos seus produtos, de forma que a empresa não demonstrou separadamente os valores correspondentes somente às provisões com garantias e os valores que referem-se somente à assistência técnica.

A Tabela 8, a seguir, traz os valores provisionados com garantias e assistência técnica nos Exercícios de 2010 a 2012:

Tabela 8 – Provisão para Garantias e Assistência Técnica (em milhares de reais) 2010 a 2012 – POSITIVO INFORMÁTICA S/A.

Ano	2012	2011	2010
Passivo Circulante	66.577	73.627	70.766
Passivo Não Circulante	13.827	20.897	34.251
Total	80.404	94.524	105.017

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

De acordo com a Tabela 8, pode-se perceber que os valores evidenciados nas demonstrações contábeis da empresa, tiveram um decréscimo em 2011, com relação a 2010, e em 2012, com relação a 2011. Porém, não foi possível identificar se esta redução se deu na provisão com as garantias ou na assistência técnica.

Na Tabela 9, a seguir, é possível visualizar um comparativo das provisões demonstradas na tabela 9 com relação à Receita Líquida (Receita de Venda de Bens e/ou Serviços) auferida pela empresa nos três Exercícios:

Tabela 9 – Percentuais relativos à Receita Líquida (em milhares de reais) – POSITIVO INFORMÁTICA S/A.

Ano	2012	2011	2010
Receita Líquida	2.195.474	2.081.291	2.327.605
Provisão para Garantias e Assistência Técnica (total)	80.404	94.524	105.017
Percentual com relação à Receita Líquida	3,66%	4,54%	4,51%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Como é possível perceber na Tabela 9, os percentuais de representatividade destas provisões com relação à Receita Líquida da empresa, não tiveram grande variação de um Exercício para o outro, de maneira que se mantiveram em uma média de representatividade de 4,24%.

De acordo com o disposto nas Demonstrações Consolidadas da Positivo, de 2010 a 2012, as provisões para o custo esperado com a garantia de vendas de seus produtos são reconhecidas na data da venda, com base na melhor estimativa da Administração com relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da empresa.

Para tanto, estimou-se o valor da provisão necessário para fazer frente à obrigação total assumida, com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimento por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica.

Segundo as informações disponibilizadas pela empresa, é possível afirmar que esta opera, de acordo com a Resolução que trata das provisões com garantias, traz uma abordagem completa do assunto, demonstrando inclusive os valores destas provisões em separado no Passivo Circulante e Não Circulante. Porém, demonstra valores provisionados com a provisão para garantias e assistência técnica juntas, não sendo possível identificar os valores correspondentes somente às provisões com garantias.

EMPRESA 6 – METALFRIO SOLUTIONS S/A

De acordo com os Certificados de Garantia dos produtos disponíveis no sítio da Metalfrío, a empresa informa que concede garantia de 12 meses sobre os seus produtos contra eventuais defeitos de fabricação, com exceção de alguns componentes como lâmpadas, vidros, borrachas e peças de plástico, que são cobertos apenas por 3 meses, conforme garantia

legal.

A contagem do prazo de garantia inicia-se a partir da data de entrega do produto ao consumidor, constante na Nota fiscal de venda, a qual é integrante do Certificado de Garantia para todos os fins de direito em todo território Nacional, sendo que na falta de Nota Fiscal de compra, o prazo inicia-se 30 dias após a data de fabricação impressa na etiqueta de identificação do produto.

De posse das Demonstrações Contábeis da Metalfrio, é possível constatar que a mesma utilizou a conta Garantia dentro do grupo Provisões Diversas do Passivo Circulante, para evidenciar os valores provisionados para a garantia dos seus produtos nos Exercícios Sociais de 2010, 2011 e 2012, segundo disposto na Nota 18.

Segue, disposta na Tabela 10, a demonstração dos valores provisionados com garantias de produtos nos três Exercícios, simultaneamente, com o comparativo do comportamento destes valores com relação à Receita Líquida (Receita de Venda de Bens e/ou Serviços) da empresa:

Tabela 10 – Provisão para Garantias / Relação com a Receita Líquida – METALFRIO SOLUTIONS S/A.

Ano	2012	2011	2010
Receita Líquida (milhares de reais)	701.789	755.241	783.472
Garantias (milhares de reais)	7.328	7.027	5.919
Percentual com relação à Receita Líquida	1,04%	0,93%	0,76%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Pode-se observar na Tabela 10, que o valor da provisão com garantias teve um aumento ano após ano, porém não progressivo em percentual, de modo que, em 2011, apresentou um aumento de 18,72%, com relação a 2010 e, em 2012, um aumento de 4,28%, em relação a 2011.

Com relação ao percentual de representatividade destas provisões sobre a Receita Líquida nos Exercícios em estudo, denotou-se um aumento neste percentual de 22,37% em 2011 com relação a 2010, e 11,83% em 2012 relativamente a 2011, tendo uma média de, aproximadamente, 0,91% de representatividade. Porém, nota-se que a Receita da empresa, ao contrário das provisões para garantias, apresentou quedas em 2011 e 2012, com relação a 2010.

O cálculo do valor das provisões com garantias, necessário para fazer frente à obrigação assumida em relação aos equipamentos em garantia da Metalfrio, é feito com base na quantidade de produtos em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre os mesmos. Também é levada em consideração a média de frequência de atendimentos por produto e o custo médio por atendimento de assistência técnica.

Para ligar o disposto na legislação sobre as provisões com garantias, pode-se ressaltar a Nota nº 3.5 (Passivo Circulante e Não Circulante) das Demonstrações da empresa, que dispõe que uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a empresa e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, onde seja provável a saída de recursos econômicos para saldar uma obrigação.

Também, ressaltando que as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e o cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflita o prazo, a moeda e o risco de uma transação, de maneira que o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não apresentar efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras da empresa, entende-se, com isto, que existe informação suficiente nas Demonstrações Contábeis da empresa para o entendimento dos

diversos usuários das informações contábeis acerca da natureza das provisões com garantias, sua oportunidade e valor.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De posse das análises das empresas selecionadas para este estudo, é possível observar que todas concedem garantias sobre seus produtos, apesar de nem todas informarem quais são os prazos concedidos, e se estes diferenciam-se de um produto para outro. Porém, todas trazem alguma informação acerca das garantias concedidas sobre os produtos por elas fabricados, seja evidenciando valores referentes a Provisões com Garantias em suas Demonstrações Contábeis, seja expondo, em suas Notas Explicativas, sobre a política de formação de Passivos Contingentes para fazer frente à obrigação exigida pela Legislação Contábil Brasileira.

Ressalta-se que algumas das informações acerca da concessão de garantias foram extraídas de manuais ou certificados de garantia de certos produtos, disponíveis nos sítios das empresas Bematech, Metalfrio e Positivo. Estes manuais não foram disponibilizados pelas outras empresas da amostra.

Todas as empresas analisadas evidenciaram algum valor contabilizado com provisões para garantias, seja nos três Exercícios Sociais em estudo, seja em alguns deles. Dentre as empresas que evidenciaram em seus Balanços os valores contabilizados com as provisões com garantias nos três Exercícios Sociais, tem-se a Whirlpool, Bematech, Positivo e Metalfrio. Tem-se ainda as que demonstraram quais foram os valores provisionados no Passivo Circulante e Não Circulante, que são a IGB, Itautec e Positivo.

Para fazer um comparativo de quanto estas provisões representaram, percentualmente, sobre a Receita Líquida (Receita de Venda de Bens e/ou Serviços) das empresas em estudo, foram elaboradas tabelas para demonstrar qual o comportamento dos valores destas duas variáveis. Os resultados foram diversos, porém demonstraram que, de maneira geral, analisando cada empresa de forma isolada, os percentuais não tiveram grandes variações entre um Exercício e outro. De maneira geral, estes percentuais tiveram variação de 0,35% a 4,54% da Receita Líquida das empresas, com exceção da IGB, que demonstrou uma representatividade de 53,08% das provisões com garantias sobre sua Receita Líquida em 2012.

Todos os critérios utilizados para as provisões com garantias são diferentes de uma empresa para outra, sendo que dentre as empresas que evidenciaram esta informação, tem-se de forma resumida, os seguintes critérios: com base em valores indenizatórios referentes a processos de consumidores; com base no histórico de manutenções e o prazo de cada garantia concedida; provisão para os custos futuros, que inclui itens como mão de obra, deslocamento, peças para reposição; com base na melhor estimativa da Administração e com base na quantidade de produtos em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre os mesmos. A única empresa que não evidenciou um critério específico de reconhecimento das Provisões com Garantias em nenhum dos períodos analisados, foi a Whirlpool.

EMPRESAS	GARANTIA	PASSIVO CONTINGENTE REF. GARANTIAS CONSTA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	CRITÉRIO UTILIZADO
IGB	SIM	SIM	Com base nos valores indenizatórios referentes a processos de consumidores.
WHIRLPOOL	SIM	SIM	Não apresentou critério.
BEMATECH	SIM	SIM	Com base no histórico de manutenções, prazo de garantia sobre cada produto e custo médio por atendimento de assistência técnica.
ITAUTEC	SIM	SIM	Inclui itens como mão de obra, deslocamento, peças para reposição, logística e estrutura indireta.
POSITIVO	SIM	SIM	Com base na melhor estimativa da Administração.
METALFRIO	SIM	SIM	Com base na quantidade de produtos, no prazo de cada garantia e média do custo por atendimento.

Quadro 5 – Quadro Resumo das Empresas Analisadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, é importante ressaltar que, como pode ser verificado no Quadro 5, todas as empresas analisadas seguiram o disposto na legislação sobre Provisões e Passivos Contingentes, dispendo acerca da formação de provisões e contingências passivas no que tange a concessão de garantias sobre os seus produtos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Demonstrações Contábeis publicadas pelas empresas devem ser íntegras e com base na legislação contábil em vigor, de maneira que a evidenciação contábil dos Passivos Contingentes sobre as garantias concedidas sobre os produtos fabricados pelas empresas deve trazer informações suficientes para o entendimento do usuário.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a evidenciação contábil dos Passivos Contingentes das garantias concedidas por fabricantes de produtos eletroeletrônicos listadas no sítio da BM&FBovespa, de maneira que este foi atingido com base na análise das Demonstrações Contábeis das empresas objeto deste estudo, dos Exercícios Sociais de 2010, 2011 e 2012.

Sobre os objetivos específicos, pode-se afirmar que todos foram atingidos. Para tanto, analisou-se a legislação vigente sobre a evidenciação dos Passivos Contingentes, a qual é tratada pela Resolução CFC N° 1.180/2009, que tem por objetivo estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e passivos contingentes, devendo ser informada informação suficiente nas Notas Explicativas para entendimento dos usuários.

Para identificar as políticas sobre as garantias das empresas estudadas, ou seja, se elas concedem garantias, foi realizada uma pesquisa nas Notas Explicativas e nos sítios das empresas e de algumas de suas marcas, onde foi levantado que todas concedem garantia sobre os produtos por elas fabricados, de maneira que algumas informam quais os prazos e para quais linhas de produtos.

Para analisar as Demonstrações Contábeis das seis empresas selecionadas para o estudo, foi preciso localizar estas Demonstrações nos seus respectivos sítios e também no sítio

da BM&F Bovespa, compreendendo os Exercícios Sociais de 2010, 2011 e 2012.

Quanto aos critérios utilizados para as Provisões com garantias, pode-se dizer que são variados. Ademais, a Resolução que trata destas provisões não estabelece qual o critério mais apropriado, apenas esclarece que uma provisão deve ser reconhecida quando a empresa tem uma obrigação presente como resultado de evento passado, onde seja provável a necessidade de saída de recursos para liquidar uma obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da mesma.

Para atingir o objetivo de verificar a forma de evidenciação contábil das Provisões ou Passivos Contingentes das garantias dos produtos, foi feito o levantamento das informações necessárias nas Demonstrações destas empresas, mais precisamente no grupo Passivo do Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas, onde concluiu-se que as seis empresas disponibilizaram informações sobre as garantias concedidas sobre seus produtos em praticamente todos os Exercícios, sendo que apenas a IGB não disponibilizou nenhuma informação sobre garantias no Exercício Social de 2010. Também foi possível concluir que as seis empresas estudadas demonstraram claramente os valores contabilizados com provisões com garantias em quase todos os Exercícios, sendo que a IGB demonstrou estes valores, apenas nos Exercícios de 2011 e 2012 e a Itaútec, apenas em 2010.

Conforme o disposto, é possível concluir que todas as seis empresas estudadas contabilizaram valores na conta Provisões com Garantias em pelo menos algum de seus Exercícios, prevalecendo a ideia de que as condições para o reconhecimento de provisões foi satisfeita, neste caso, para gastos com a ocorrência de eventuais defeitos de seus produtos dentro do prazo de garantia.

Acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para futuros trabalhos nesta área. Desta forma, sugere-se estudos longitudinais direcionados a analisar se as provisões contabilizadas são mesmo realizadas ao longo dos Exercícios, ou se em caso de diferenças nos valores provisionados, analisar de que forma as empresas registram estes valores.

6. REFERÊNCIAS

ACCENTURE. 2013 Consumer Electronics Report. Disponível em: <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/2013-Accenture-Consumer-Electronics-Products-and-Services-Usage-Report.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEMATECH. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <http://www.bematech.com.br/ri/> Acesso em: 11 abr. 2013.

BM&F BOVESPA. Empresas listadas. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br> Acesso em: 10 mar. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 dez. 1976.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 dez. 1976.

BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá outras providências. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 set. 1990.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 dez. 2007. Edição extra.

BRASTEMP. Garantias. Disponível em: <<http://www.brastemp.com.br/TermoseCondicoes>> Acesso em: 20 mai. 2013.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

CARTILHA DO CONSUMIDOR. PROCON. Rio Grande do Sul, jun. 2009. Disponível em: <<http://procon.rs.gov.br>> Acesso em: 18 mar. 2013.

CASPAR, Rafael Chiari. **A Responsabilidade Civil por Defeitos na Importação Indireta**. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, v. 13, n. 25, 2010.

CFC. Resolução 1.180 de 24 de julho de 2009. Aprova a NBC TG 25– Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 ago. 2009.

CFC. Resolução 1.255 de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 dez. 2009.

CONSUL. Garantia. Disponível em: <<http://www.consul.com.br/?s=garantia&atendimento#>> Acesso em: 20 mai. 2013.

CPC. Pronunciamento Técnico 25 de 26 de junho de 2009. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. In: *Comitê de Pronunciamentos Contábeis*, Brasília, 26 jun. 2009. Ata da Reunião Extraordinária.

CVM. Deliberação 594 de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 set. 2009.

DYE, R. A. An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the Disclosure Literature in Accounting. *Journal of Accounting and Economics*, n. 32, p. 181-135, 2001.

ECKERT, Alex. **Teoria da Contabilidade para o Exame de Suficiência**. 2. Ed. São Paulo: Edipro, 2013

FILOMENO, José Geraldo Brito, **Dos Direitos do Consumidor**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; VASCONCELLOS E BENJAMIN, Antônio Herman de; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; WATANABE, Kazuo; JÚNIOR, Nelson Nery; DENARI,

Zelmo. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GALLON, Alessandra Vasconcellos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. **Evidenciação Contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa.** *Revista Contabilidade Vista e Revista*, v. 19, n. 2, 2008. p. 141-165.

GAMA, Hélio Zaghetto. **Curso de Direito do Consumidor.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GRADIENTE. Garantias. Disponível em: <<http://www.gradiente.com.br/institucionais/PosCompra/TrocasDevolucoes.aspx>> Acesso em: 20 mai. 2013.

HART, Christopher W. L. **Garantias Extraordinárias.** São Paulo: Pioneira, 1996.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics.** v. 31, p. 405-440, 2001.

IFRS - Sumário Técnico IAS 37: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 2011. Disponível em: <http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IAS37.pdf> Acesso em: 29 out. 2014.

IGB. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<http://www.igbeletronica.com/>> Acesso em: 12 mai. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

ITAUTEC. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<http://www.itautech.com.br/>> Acesso em: 10 abr. 2013.

KITCHENAID. Termo de Garantia. Disponível em: <<http://www.kitchenaid.com.br/Conteudo/servicos/garantia.aspx/>> Acesso em: 28 mai. 2013.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LUCENTINI, José Carlos. **Uma Contribuição para Avaliação do Passivo Contingencial em Empresas de Prestação de Serviços de Alimentação: Um Estudo de Caso,** São Paulo: Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica), Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - Centro Universitário Álvares Penteado, 2002.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** 2. ed. São Paulo: Thomson, 1999.

METALFRIO. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<http://www.metalfrío.com.br/>> Acesso em: 01 mai. 2013.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. **Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15., 1996, Brasília. Anais ... Brasília, 1996.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Compre bem: manual de compras e garantias do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

PESSOA, Jorge Fernando de Sandy Lopes. **Ensaio Sobre os Pressupostos da Responsabilidade Civil**. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

POSITIVO. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<http://www.positivoinformatica.com.br/>> Acesso em: 01 mai. 2013.

RANGEL, Iany Patrícia dos Santos. **Risco do Desenvolvimento: hipótese de exclusão da responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto**, Brasília: Monografia (Bacharelado em Direito), Centro Universitário de Brasília. 2011.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

WHIRLPOOL. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<http://www.whirlpool.com.br/>> Acesso em: 5 mai. 2013.